



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**5ª Vara Cível da Comarca de Caruaru**

AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837 -  
F:(81) 37257400

Processo nº **0007968-09.2016.8.17.2480**

REQUERENTE: MILENA VENOS DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

## DECISÃO

Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT.

Há uma diretriz processual para o ingresso das ações de Seguro, conforme dispõe o inciso V do art. 53 do CPC, fugindo à regra geral do art. 46, também do CPC.

Esta diretriz não foi observada pelo sistema do PJe que distribuiu aleatoriamente o presente processo para esta vara cível, que não detém competência legal para processar e julgar as ações cujo domicílio do autor e do réu não sejam em Caruaru, tampouco o acidente tenha ocorrido nesta Comarca.

Portanto, tendo o requerente domicílio em Brejo da Madre de Deus, bem como o sinistro foi ocorrido lá, não possuindo qualquer motivo jurídico para tramitar perante a comarca de Caruaru.

**Posto isso, com fundamento nos artigos 42 e 44 do CPC, reconheço a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito e determino a redistribuição ao Juízo Cível da Comarca de Brejo da Madre de Deus para que não seja burlada a competência do juízo natural.**

Publique-se. Intimem-se.

Após, encaminhem-se os autos ao Juízo Natural com os nossos cumprimentos.

Cumpra-se.



CARUARU, 19 de abril de 2018.

José Fernando Santos de Souza

Juiz de Direito



5ª Vara Cível da Comarca de Caruaru

Processo nº 0007968-09.2016.8.17.2480

REQUERENTE: MILENA VENOS DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

### INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do 5ª Vara Cível da Comarca de Caruaru, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 30306137, conforme segue transcrito abaixo:

*" DECISÃO Cuida-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT. Há uma diretriz processual para o ingresso das ações de Seguro, conforme dispõe o inciso V do art. 53 do CPC, fugindo à regra geral do art. 46, também do CPC. Esta diretriz não foi observada pelo sistema do PJe que distribuiu aleatoriamente o presente processo para esta vara cível, que não detém competência legal para processar e julgar as ações cujo domicílio do autor e do réu não sejam em Caruaru, tampouco o acidente tenha ocorrido nesta Comarca. Portanto, tendo o requerente domicílio em Brejo da Madre de Deus, bem como o sinistro foi ocorrido lá, não possuindo qualquer motivo jurídico para tramitar perante a comarca de Caruaru. Posto isso, com fundamento nos artigos 42 e 44 do CPC, reconheço a incompetência deste Juízo para processar e julgar o presente feito e determino a redistribuição ao Juízo Cível da Comarca de Brejo da Madre de Deus para que não seja burlada a competência do juízo natural. Publique-se. Intimem-se. Após, encaminhem-se os autos ao Juízo Natural com os nossos cumprimentos. Cumpra-se. CARUARU, 19 de abril de 2018. José Fernando Santos de Souza Juiz de Direito Assinado eletronicamente por: JOSE FERNANDO SANTOS DE SOUZA "*

CARUARU, 2 de maio de 2018.

**RAYANE BARROS DE LIMA**

**Diretoria Cível do 1º Grau**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE**

**AV JOSÉ FLORÊNCIO FILHO, MAURÍCIO DE NASSAU, CARUARU - PE - CEP: 55014-837**

0007968-09.2016.8.17.2480

REQUERENTE: MILENA VENOS DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**CERTIDÃO – REDISTRIBUIÇÃO**

**CERTIFICO, para os devidos fins de direito que, em cumprimento a decisão de ID 30306137, PROCEDI à REDISTRIBUIÇÃO do processo em epígrafe para a Comarca de Brejo da Madre de Deus. O certificado é verdade. Dou fé.**

CARUARU, 2 de maio de 2018.

**RAYANE BARROS DE LIMA**

**DIRETORIA CÍVEL REGIONAL DO AGRESTE**





Tribunal de Justiça de Pernambuco  
**Vara Única da Comarca de Brejo da Madre de Deus**

Rua DA SAUDADE, 35, Centro, BREJO M. DEUS - PE, CEP: 55195-870, F:(81) 3747-4920

Processo nº **0007968-09.2016.8.17.2480**

REQUERENTE: MILENA VENOS DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**DESPACHO**

**1.** Defiro a gratuidade de justiça (artigo 98 do CPC), sem prejuízo da responsabilidade pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência (CPC, art. 98, § 2º), bem como sem afastar o dever de o beneficiário pagar, ao final, as multas processuais que lhe sejam impostas (CPC, art. 98, § 4º);

**2.** Cite-se o réu via sistema PJe (se já possuir cadastro) ou por carta com AR, para, querendo, ofertar contestação, no prazo legal.

**3.** Juntada a contestação, caso seja(m) suscitada(s) preliminar(es) ou juntados novos documentos desconhecidos da parte autora, intime-se esta para, querendo, replicar, em 15 (quinze) dias úteis.

**4.** Decorridos os prazos, o que deverá ser certificado nos autos, voltem conclusos.

Brejo da Madre de Deus, 06 de dezembro de 2018

Clécio Camêlo de Albuquerque

Juiz de Direito

